



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638711 - MG (2021/0001792-8)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : CARINA BICALHO PIACENZA - MG068209
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : DIONE CLAYTON CORTES (PRESO)
CORRÉU : VALDINEI CARDOSO DAS NEVES
CORRÉU : DOUGLAS FERREIRA DA CRUZ CRUVINEL
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DIONE CLAYTON CORTES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Recurso em sentido estrito n. 1.0193.18.002767-7/001).

O paciente foi pronunciado pela Vara de Coromandel (MG) por prática descrita no art. 121, § 2º, II, III e IV, do CP. A pronúncia foi mantida em recurso em sentido estrito.

A impetrante sustenta que há constrangimento ilegal, pois o acórdão atacado não acolheu a tese defensiva de que a prova que dá fundamento à pronúncia foi exclusivamente colhida na fase do inquérito.

Requer, liminarmente, possa o paciente aguardar o julgamento deste *writ* em liberdade. No mérito, pugna pela concessão da ordem para impronunciar o paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente